



**DOM BOSCO, HISTÓRIA E CARISMA (Vol. 2)**  
(P. Arthur J. Lenti – sdb)

**CAPÍTULO IX**  
**PANORAMA HISTÓRICO DO PERÍODO (1861 – 1874)**

**A UNIFICAÇÃO DA ITÁLIA**

O armistício assinado em 10 de novembro de 1859 entre França e Áustria, do qual o Piemonte não participou, pôs fim à Segunda Guerra de Independência Italiana e terminou na Paz de Zurique. O tratado previa em termos gerais uma federação de Estados regionais italianos com a restauração de seus legítimos governantes.

Foram anexados ao Piemonte a Lombardia, e em março de 1860, após referendo, a Toscana, Parma, Módena e as Legações da Romanha.

Depois de um levante contra o governo dos Bourbon em Palermo (Sicília), Garibaldi, instado pelos líderes do Partido da Ação, liderou uma expedição à Sicília em apoio aos revolucionários, apesar da oposição de Vítor Emanuel II e de Cavour. Em várias batalhas, em sua marcha para Nápoles, entre maio e outubro de 1860, ele derrotou as forças borbônicas e derrubou a monarquia. Nesse momento, o exército de voluntários de Garibaldi chegava a ser de quase 50 mil homens.

**A “QUESTÃO ROMANA”**

A Itália não estava completamente unida. O Vêneto e outras regiões do extremo noroeste continuavam sob o domínio da Áustria, por outro lado, o Papa ainda mantinha seu poder em Roma e nos territórios próximos (o Lácio).

A terceira Guerra da Independência Italiana (1866) solucionaria, embora de forma incompleta, a primeira questão. A questão romana era, de longe, a mais sensível porque implicava, de um lado, despojar o Papa da capital e dos territórios sob a sua soberania, e, de outro, precisar tratar com Napoleão III, que mantinha uma guarnição em Roma para protegê-la contra possíveis tentativas de conquista.

Em 23 de março de 1861, foi formado o Primeiro Gabinete da nova nação tendo o Conde Camilo Benso de Cavour como 1º Ministro. Em 26 e 27 de março, Cavour apresentou a posição e a estratégia do governo. A unificação da Itália



só poderia ser considerada completa quando Roma se convertesse na sua capital. A libertação de Roma continuaria a ser, portanto, o objetivo do RISORGIMENTO a se obter com a aquiescência da França e realizado sem prejuízo da liberdade espiritual e da independência do Papa, que a Itália devia garantir diante do mundo. Além disso, a Itália deveria garantir ao Papa o pagamento de uma soma anual equivalente às suas entradas anteriores. Esta política seria um exemplo do princípio liberal: “Uma Igreja livre num Estado livre”.

Cavour, porém, morreu repentinamente em 6 de junho de 1861. Em setembro, o sucessor de Cavour, Barão Bertino Ricasoli, assumindo a ideia de Cavour, apresentou uma proposta de reconciliação entre a Itália e a Santa Sé em Paris e Roma. A Santa Sé renunciaria à soberania territorial em troca do reconhecimento da soberania pessoal do Papa, do direito à representação diplomática e de uma dotação anual (o que deveria ser subscrito também por outras nações católicas). O governo italiano comprometia-se a não intervir na nomeação e designação dos bispos e também aceitaria o controle internacional sobre os compromissos assumidos.

### CONFLITOS SOCIAIS, CONSPIRAÇÕES DOS MAZZINIANOS E DIFICULDADES DO GOVERNO

Durante os 15 anos seguintes, o governo ficou nas mãos dos liberais moderados (a chamada direita histórica). Os governos porém foram fracos e incapazes de enfrentar a situação caótica que se expandia por toda a península.

O governo adotou uma política de repressão e coerção, exercidas por unidades do exército e pela polícia, como método de fazer frente à agitação social.

Essa política foi especialmente adequada para as regiões do sul da Itália e Sicília, onde a bandidagem, a máfia e o ressentimento contra a “dominação do Piemonte” alimentou frequentes levantes e exigiu o acréscimo de até 100 mil soldados.

Não menos preocupante para o governo eram os planos dos republicanos radicais tramados por Mazzini e Garibaldi, que achou por bem oferecer a conquista do Reino dos Bourbon ao rei Vítor Emanuel II. Entretanto as intenções dos patriotas puros voltavam-se agora contra Roma e Veneza. Em 16 de dezembro de 1861, as comissões formadas para apoiar a expedição de Garibaldi na Sicília em 1860, foram restabelecidas em Gênova autodenominando-se “Comitês para a Libertação de Roma e Veneza”.



Devido aos desentendimentos com a facção de Mazzini, Garibaldi negou-se inicialmente a aceitar a liderança. Quando, porém, os comitês novamente se reuniram nos dias 9-10 de março de 1862, para formar uma “Associação para a Libertação da Itália”, Garibaldi deixou de lado suas queixas pessoais e aceitou a presidência da associação. Algum tempo depois, um grupo de voluntários que tentava mobilizar-

se contra Veneza foi disperso pelo exército regular italiano, enquanto Mazzini, Garibaldi e outros dirigentes da Associação preparavam uma expedição contra Roma. Garibaldi reuniu

um pequeno grupo de voluntários na Sicília com o juramento: “Ou Roma ou morte”, mas foram derrotados pelo exército regular italiano no Aspromonte, em 29 de agosto de 1862.

Outro motivo de preocupação para o governo foi a irritação de Pio IX pela perda de grande parte de seu poder temporal. A condenação do acordo político feita pelo Papa e seus esforços para mobilizar os católicos em defesa da Igreja foram vistos como uma tentativa de minar o Estado a partir de dentro.

A política eclesiástica da direita liberal, defendendo medidas jurisdicionalistas, fomentava o conflito. As leis de supressão das ordens e congregações religiosas e de confisco de suas propriedades estenderam-se por toda a Itália entre 1864 e 1867. “Em 1866-1867, 2 mil comunidades religiosas perderam estatuto jurídico e 25 mil entidades eclesiásticas foram suprimidas.

Durante os quinze anos seguintes, foram vendidos mais de 1 milhão de hectares de terras da Igreja”. Além disso, o governo interferia na nomeação dos bispos para as dioceses vacantes.

## **A CONVENÇÃO DE SETEMBRO**

O ano 1864 marcou uma virada na história da questão romana, como também nas relações Igreja-Estado na Itália. A turnê triunfal de Garibaldi pela Inglaterra, em abril, seu encontro com Mazzini e a menção da unificação italiana na imprensa britânica, alertaram a França e a Itália sobre o perigo de uma possível reconciliação dos dois patriotas. Por isso, em junho, houve conversas sobre a questão romana entre o ministro das Relações Exteriores do imperador Napoleão III e a missão extraordinária do governo italiano, encabeçada pelo primeiro-ministro Marcos Minghetti.

Estas negociações levaram, em 15 de setembro de 1864, à assinatura de um acordo entre França e Itália, a assim chamada “Convenção de setembro”, que determinava a retirada por etapas da guarnição francesa de Roma num período de dois anos, permitindo que a Santa Sé programasse e formasse o próprio exército.

Em troca, o governo italiano comprometeu-se a respeitar a integridade territorial da cidade de Roma e a região circunstante, ou seja, o que restava dos Estados Pontifícios, e cobrir uma parte da dívida pública da Santa Sé. Uma cláusula secreta fixava a passagem da capital italiana de Turim a uma cidade italiana mais importante, com Florença em primeiro lugar na lista, como símbolo da renúncia a Roma como capital.

A “Convenção de setembro” deixou a questão sem solução. O governo italiano entendia a disposição de respeitar a integridade territorial no sentido de o Papa entregar Roma voluntariamente, a fim que a intervenção armada não fosse necessária. Entendia, também, a passagem da capital de Turim a Florença como medida provisória.

O governo francês, porém, entendia a cláusula de não agressão como obrigação do governo italiano de não atacar e de controlar as facções de Garibaldi e Mazzini, o que podia ser tentado depois da retirada da guarnição francesa. A transferência da capital para uma cidade mais importante que não fosse Roma, também era entendida como compromisso válido.

Pio IX, obviamente, desconfiava dessas disposições, temendo que a retirada da guarnição francesa estimulasse um ataque armado. Seus temores não eram infundados. Sua preocupação, porém, ultrapassava os acontecimentos políticos. Em 8 de dezembro de 1864, ele publicou a encíclica *Quanta Cura* com o anexo do *Syllabus* ou compêndio de erros contemporâneos, que reiterava a oposição da Igreja a tudo que representasse a Revolução Liberal.

O projeto de lei foi promulgado como lei em 11 de dezembro de 1864 e, em 3 de fevereiro de 1865, o rei Vítor Emanuel II transferiu a corte para Florença. As repartições ministeriais seguiram-na aos poucos.

Em 20 de outubro de 1865, celebraram-se eleições nacionais. Apenas 2% da população tinham direito a voto, e destes apenas 54% votaram. Os liberais moderados

conquistaram 250 cadeiras, a oposição mais radical, 120, e os conservadores, 20. Cerca de 50 cadeiras foram para numerosos grupos dissidentes. Um mês mais tarde, o rei inaugurou a legislatura. No final do ano, foi formado um governo tendo o general Afonso La Mázmorea como primeiro-ministro e João Lanza como ministro do Interior.

Foi nesse momento que Dom Bosco se viu envolvido relativamente nas negociações destinadas a preencher as sedes episcopais vacantes.

### TERCEIRA GUERRA DA INDEPENDÊNCIA (1866)

Nos inícios de 1866, as relações políticas entre Áustria e Prússia tinham--se deteriorado a ponto de a guerra parecer iminente. O chanceler prussiano Otto von Bismarck convenceu a Itália a entrar numa aliança militar, dando--lhe a possibilidade de libertar as regiões que continuavam sujeitas à Áustria. A Prússia declarou guerra à Áustria em 17 de junho e a Itália no dia 20 seguinte, naquela que é considerada a Terceira Guerra de Independência Italiana.

A Áustria sofreu a derrota decisiva na batalha de Sadowa (Boêmia, 3 de julho). Ao mesmo tempo, as tropas regulares italianas lutaram com sucesso na região do Vêneto, enquanto Garibaldi e seus voluntários derrotavam os austríacos nos Alpes. Entretanto, a frota italiana sofreu uma derrota total diante da frota austríaca, muito superior, nas águas da Ilha de Lissa, no Mar Adriático.

Depois de Sadowa, a Áustria pediu que Napoleão III intermediasse um armistício. Sem o conhecimento da Itália, e contrariando os termos da aliança militar, Alemanha, Áustria e Prússia assinaram o armistício, enquanto a Itália se viu obrigada a seguir seu exemplo.

Foi ordenado a Garibaldi que cessasse as hostilidades. Pelos tratados de paz de 3 de agosto e 3 de outubro, a Áustria cedeu Veneza e a região do Vêneto à Itália, mas não os territórios do extremo noroeste, reclamados pela Itália.

Em 7 de julho de 1866, no apogeu da guerra, o governo italiano aprovou uma lei que negava o reconhecimento jurídico e, portanto, suprimia o restante das ordens e congregações religiosas, e determinava o confisco de seus bens.

O projeto de lei fora apresentado no Parlamento por Francisco Crispi no início de 1865. A lei também proporcionava o pagamento em conta fiduciária do Estado de 5% das entradas derivadas da venda das propriedades confiscadas para o sustento do culto religioso.

Os edifícios dos mosteiros e conventos suprimidos foram postos à disposição das organizações locais e provinciais para escolas, creches, hospitais e instituições de beneficência. Os livros confiscados com as obras de arte foram destinados a bibliotecas públicas e museus.

A lei de confisco de 1866 limitou-se a tornar universalmente vinculante o que fora feito no Reino da Sardenha com a Lei Rattazzi de 1855, já ampliada a todos os Estados regionais. Vale a pena assinalar ainda que a expansão da lei do Piemonte e dos sistemas administrativos aos Estados regionais e, finalmente, a toda a Itália, respondiam fundamentalmente ao conceito da “unificação por anexação”.

Em conformidade com os termos da Convenção de setembro, a guarnição francesa completou sua retirada de Roma, iniciada em novembro de 1865. O último contingente partiu



O já idoso general José Garibaldi (1807-1882).  
Tomada de *L'illustration. Journal Universel*, 10 de julho de 1882.

de Roma em outubro de 1866, deixando a cidade mal defendida pelo exército papal reorganizado.

A situação refletiu-se na Alocução de Pio IX, de 29 de outubro de 1866.

É compreensível que o Papa denunciasse nos termos mais enérgicos os “atos injustos e iníquos” perpetrados pelo governo italiano contra a Igreja. Em seguida, não mais tão compreensivelmente, passava a afirmar a necessidade absoluta do poder temporal do Papa para garantir sua total liberdade no exercício de seu serviço pastoral.

Acrescentava como ressalva final que, no caso de Roma ser tomada pela Itália, não duvidaria em ir voluntariamente para o exílio.

## O CONCÍLIO VATICANO I (08 de dezembro de 1869 a 20 de outubro de 1870)



**Convocação:** 28 de junho de 1868

**Início:** 08 de dezembro de 1869

**Participação:** 600 conciliares

**Finalidade:** Concluir as reformas feitas pelo Papa na Igreja.

**Decisões:**

- a) Celebrou 89 congregações gerais e 4 sessões públicas.
- b) Definição Dogmática da infalibilidade Papal.
- c) Promulgou duas Constituições Doutrinárias. A primeira: **Dei filius** sobre Deus, a revelação, a fé e a razão. A segunda: **Pastor Aeternus** definia a primazia jurisdicional e a infalibilidade Papal aprovada em 18 de julho de 1870.

**Participação de Dom Bosco:** ele solicita a sua participação no Concílio como Superior de uma Congregação Religiosa. A resposta foi negativa. Contudo ele passou mais de um mês em Roma. Era partidário declarado da infalibilidade Papal. Enfrentou os opositores epicopistas e conciliaristas. O Concílio celebrou sua última sessão em 1º de dezembro de

1870. Em 20 de outubro, depois da ocupação de Roma pelo exército italiano em 20 de setembro de 1870, foi adiado *sine die* (*sem um dia*).

## A LEI DAS GARANTIAS

**Objetivo:** Tranquilizar a comunidade internacional, mas também aplicando uma política que orientara a direita histórica desde Cavour, o 1º Ministro Lanza apresentou um projeto de lei para estabelecer as garantias do livre exercício do poder Papal que o rei prometera em sua carta. Foi aprovada no dia 02 de maio e publicada no dia 15 seguinte (1871). Apesar da recusa do Papa Pio IX, a lei ficou em vigor até a Concordata de 1929.

## DOM BOSCO E SUA OBRA NA DÉCADA (1862-1874)

A década de 1860 e 1870, poderiam ser vistas como uma segunda etapa no desenvolvimento e consolidação da obra. Portanto, enquanto continuavam as numerosas iniciativas da etapa anterior, os anos de 1864-1874 são construtivos e especiais em muitos sentidos:

- 1) Foram definitivamente aprovadas a Sociedade de São Francisco de Sales e suas constituições (1864-1874) dando uma base jurídica.
- 2) O Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora em situação de “dependência jurídica” afiliada à congregação Salesiana. O Instituto fundado por Dom Bosco em colaboração com Maria Mazzarello e o grupo de Maria Imaculada de Mornese (1864-1872) era, na verdade, uma Congregação paralela para mulheres com os mesmos objetivos da Congregação Salesiana.
- 3) A Obra salesiana, sobretudo na forma de colégios e internatos, se desenvolveu especialmente no Piemonte e na Ligúria, no contexto das reformas liberais da escola e em resposta ao apelo da Igreja.
- 4) Maria Auxiliadora dos Cristãos, a virgem da década de 1860, e seu Santuário (1863-1868) converteram-se em símbolo de um novo compromisso dos salesianos a serviço da Igreja, o ponto focal de uma nova consciência carismática no fundador e em sua comunidade com o aumento simultâneo do “sobrenatural” e de uma espiritualidade característica.
- 5) No contexto histórico da época que marcaram os anos da Unificação Italiana (1865-1874) vemos Dom Bosco participando nos assuntos da Igreja – Estado como mediador nas negociações para preencher as sedes episcopais vacantes e obter o **Exequatur** real e a administração do patrimônio eclesial que cabia aos bispos uma vez designados.
- 6) A partir da década de 1860, esclarece-se e confirma-se a situação da vocação salesiana leiga (o salesiano coadjutor), acolhida nas constituições. Esta vocação adquiriu sua definição, identidade e organização a partir de meados de 1870, especialmente através do trabalho dos capítulos gerais.
- 7) Dom Bosco prevê a expansão global da obra salesiana no contexto de sua crescente consciência mundial, reforçada pela experiência do Concílio Vaticano I (1869-1870). A realização deste plano, incluídas as missões, corresponde à próxima década.

**Estudos Formativos de Responsabilidade:**  
SC. Ivo José Bassani (Conselheiro para Formação)

FORMAÇÃO PERMANENTE REALIZADA EM \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_  
SC. \_\_\_\_\_